

MídiaCom DEMOCRACIA

Revista do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação • Outubro 2016 • Nº 17



LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM TEMPOS DE GOLPE



FNDC: 25 anos em defesa da
democracia nas comunicações e no Brasil

*A minha entidade
sindical me defende
deste ataque*

CONTRA A LEI DA MORDAÇA

POR UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA E DEMOCRÁTICA



Campanha da Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

contee

www.contee.org.br

EDITORIAL

Golpe profunda violações à liberdade de expressão

O Brasil tem uma dívida histórica com a garantia do exercício da liberdade de expressão. O ambiente de concentração que prevalece nos meios de comunicação criou um desequilíbrio que impede a livre circulação de ideias, invisibiliza e silencia amplos setores da sociedade brasileira. A democratização da mídia é uma tarefa que não foi encarada de frente pelos governos pós-Constituição de 1988.

Nos últimos anos, o FNDC tem afirmado que sem comunicação democrática não é possível avançar na consolidação da democracia. Eis que, em 2016, com o apoio e protagonismo da mídia hegemônica, os setores conservadores deram um golpe no país, ao abreviar de forma inconstitucional o mandato de uma presidenta democraticamente eleita.

Desde a posse de Michel Temer, ainda como interino, uma escalada de ataques à liberdade de expressão está em curso. A comunicação pública e a mídia alternativa foram os primeiros alvos. O objetivo é calar as vozes dissonantes. A livre manifestação também está na mira do governo: protestos contra o presidente foram proibidos e reprimidos durante os Jogos Olímpicos, as manifestações contra o golpe têm sido violentamente reprimidas pela polícia.

Neste cenário, o FNDC coloca como centro da sua ação política a luta contra o golpe e em defesa da liberdade de expressão. Nesta edição de *MídiaComDemocracia* tratamos de algumas das várias investidas contra a diversidade e contra a liberdade de expressão em curso. E reafirmamos que não vamos silenciar diante destas ameaças! Calar Jamais!



Relator da OEA alerta para ameaças no Brasil

Em entrevista exclusiva à Revista *MídiaComDemocracia*, o uruguaio Edison Lanza aponta para risco de retrocessos.

Pág. 8



O desmonte do sistema público de comunicação

Como as mudanças implantadas por Temer aniquilam o caráter público da EBC e podem desmontar um projeto em construção.

Pág. 10



25 anos do FNDC

Instrumento histórico de luta pela democratização da comunicação, Fórum tem desafio de ganhar adeptos para esta pauta.

Pág. 14



Internet sob ataque

Projetos de lei violam privacidade dos usuários, promovem censura nas redes e congelam ampliação do acesso.

Pág. 24

EXPEDIENTE

MídiaComDemocracia é uma publicação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Coordenação Executiva do FNDC 2016-2018: Renata Mielli (Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé), Bia Barbosa (Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social), Elizabeth Costa (Federação Nacional dos Jornalistas), Nascimento Silva (Federação dos Radialistas), Alan Carvalho (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino), Roni Anderson Barbosa (Central Única dos Trabalhadores) e Israel do Vale (Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais)

Comitês Regionais: Comitê pela Democratização da Comunicação de Alagoas; Comitê pela Democratização da Comunicação da Bahia; Comitê pela Democratização da Comunicação da Paraíba; Comitê Mineiro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; Comitê pela Democratização da Comunicação de São Paulo; Comitê pela Democratização da Comunicação do Ceará; Comitê pela Democratização da Comunicação do Distrito Federal; Comitê pela Democratização da Comunicação do Mato Grosso; Comitê pela Democratização da Comunicação do Mato Grosso do Sul; Comitê pela Democratização da Comunicação

do Piauí; Comitê pela Democratização da Comunicação do Rio de Janeiro; Comitê pela Democratização da Comunicação do Rio Grande do Sul; Comitê pela Democratização da Comunicação de Santa Catarina; Comitê pela Democratização da Comunicação de Sergipe; Comitê pela Democratização da Comunicação do Pará; Comitê pela Democratização da Comunicação do Amapá; Comitê pela Democratização da Comunicação de Pelotas; Comitê pela Democratização da Comunicação de Pernambuco; Comitê pela Democratização da Comunicação do Amazonas; Comitê pela Democratização da Comunicação do Espírito Santo.

Editoras: Renata Mielli e Bia Barbosa | **Capa e editoração:** Hiperativa Comunicação Integrada | **Tiragem:** 2 mil exemplares | **Gráfica:** Athalaia Gráfica

As opiniões aqui expressas não representam necessariamente a posição das entidades sócias do FNDC. É livre a reprodução dos conteúdos, desde que citada a fonte.



APOIO:



LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM TEMPOS DE GOLPE: A NECESSIDADE DA DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA

Felipe Bianchi/Baño de Itararé



Debate durante reunião do Conselho Deliberativo do FNDC discutiu as ameaças à liberdade de expressão. Da esquerda para direita: Guilherme Boulos (MTST), Renata Mielli e Beth Costa (FNDC) e o jornalista Paulo Henrique Amorim.

CAPA

Quebra democrática e repressão a vozes divergentes

Ataques à mídia alternativa, processos judiciais para calar comunicadores, intervenção na EBC e ações para intimidar a livre expressão do pensamento dão a tônica do viés autoritário do governo golpista. FNDC lança campanha de denúncia: Calar Jamais!

Felipe Bianchi

O processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, reeleita democraticamente em 2014 por 54 milhões de votos, alçou o peemedebista Michel Temer à cadeira presidencial. E são temerárias as primeiras medidas adotadas pelo novo presidente no que diz respeito à comunicação e à liberdade de expressão: em menos de quatro meses, Temer atacou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), fez vista

grossa quanto à violenta repressão às manifestações de rua contrárias ao seu governo e adotou medidas para calar as vozes dissonantes.

“A liberdade de expressão é a primeira vítima do golpe”, alerta Renata Mielli. Para a coordenadora geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), “um governo ilegítimo, que não foi sufragado nas urnas, que não é fruto da soberania popular e que não teve o seu projeto político aprovado pela maioria da

sociedade, precisa violar a liberdade de expressão para poder se estabelecer, calando a dissidência e reduzindo danos contra si”.

Os efeitos nefastos da ruptura democrática sobre a mídia, porém, são diferentes dos que ocorreram na ocasião do golpe militar de 1964, que instaurou a ditadura no país. “Algumas pessoas podem argumentar que a imprensa segue livre e que não existe censura nas redações, como havia na ditadura militar. Isso ocorre porque a mídia hegemônica é partícipe do processo. Então, não precisa sofrer censura, pois ela é justamente porta-voz do governo e instrumento de censura às vozes que dele destoam. Os representantes do poder econômico e os grupos do rentismo que dominam os meios de comunicação no Brasil são os mesmos que estão promovendo o golpe”, afirma a coordenadora do FNDC.

Mielli chama a atenção para o fato de que, tão logo assumiu a presidência, Temer suspendeu, de forma unilateral, todos os contratos de publicidade do governo com as

chamadas mídias alternativas. “Todos os veículos com linhas editoriais contrárias ao seu governo estão sofrendo uma ofensiva com a finalidade clara de silenciamento”, argumenta.

É papel do Estado, conforme explica Mielli, promover diversidade e pluralidade na mídia. “Não é algo que depende da iniciativa individual ou da capacidade das organizações de cavarem um espaço. Promover a diversidade pode ser feito de várias maneiras: mais transparência e democracia na política de outorga de concessões de radiodifusão, valorização da radiodifusão comunitária, muitas vezes tratada como caso de polícia e, outra forma, é o financiamento”, esclarece.

“O Estado brasileiro é o principal financiador dos grandes meios. Nos últimos 12 anos, foram mais de 16 bilhões de reais destinados à mídia que sustentou o golpe. Por outro lado, os meios alternativos passaram a ter um acesso, ainda que mínimo, aos recursos de publicidade do Estado”, pondera. A primeira medida de Temer foi acabar com esses recursos e, em seguida, aumentar os recursos para a mídia privada. “A suspensão dos contratos com meios contra-hegemônicos tem um recorte exclusivamente

ideológico. É contra o golpe? Não tem publicidade. Simples assim”.

Para a jornalista, o aparato do Estado está a serviço da repressão com a finalidade de acabar com a narrativa do golpe – legitimada, inclusive, por veículos de prestígio da mídia internacional, como o *Le Monde* (França), *Washington Post* (Estados Unidos) e *The Guardian* (Reino Unido). “Parece que prevalece a falsa ideia de que se as pessoas pararem de falar em golpe, não será golpe. Basta parar de falar no assunto que o assunto deixa de existir?”, questiona. “O slogan ‘Não fale em crise, trabalhe’, do governo Temer, diz bastante coisa. Se parar de falar que tem crise, ela deixa de existir? É o mesmo com o golpe. É uma forma grave de violação da liberdade de expressão e que configura este governo como um governo autoritário”.

Ataque às vozes dissonantes

Além disso, ela chama a atenção para o ambiente de pressão instaurado em setores do Estado. “Está em curso uma dura perseguição política e ideológica aos funcionários públicos do Estado brasileiro, inclusive concursados, que sofrem

pressão por suas posições. É outra forma de cercear a liberdade de expressão”, opina. “O ‘macartismo’ também está em alta no campo da cultura. Os ataques do governo Temer ao Ministério da Cultura, que foi extinto e ‘ressuscitado’ após ampla rejeição popular, e o boicote a obras cinematográficas cujas equipes posicionaram-se contra o golpe, como *Aquarius*, são exemplos claros”.

Sucesso de público e de crítica, a obra de Kleber Mendonça Filho foi ovacionada em Cannes – um dos mais significativos festivais de cinema do mundo. Mesmo assim, sofreu campanha negativa por setores da imprensa alinhada a Michel Temer e terminou preterido na indicação brasileira ao Oscar. Em entrevista à *Deutsche Welle Brasil*, o diretor disparou: “Eu não esperava que o filme fosse indicado e não fiquei frustrado. Isso faz parte de toda uma movimentação política muito peculiar que está acontecendo no Brasil”.

Segundo ele, o filme gerou “desconforto” pela postura cidadã e democrática da equipe no Festival de Cannes, que exibiu cartazes rechaçando o processo de impeachment, mas também pelo próprio conteúdo do filme. “Com toda a repercussão que teve no Brasil e no exterior, eu



O protesto da equipe de “Aquarius”, em Cannes, despertou a ira da imprensa alinhada a Michel Temer e a retaliação na indicação brasileira ao Oscar

acho que é muito claro que existe, sim, um posicionamento político contra o filme na sociedade brasileira, particularmente dentro de uma determinada esfera do poder. O próprio ministro da Cultura [Marcelo Calero] mostrou uma falta de treinamento muito grande com a ideia da democracia ao criticar abertamente o protesto que fizemos em Cannes”.

Também cabe destacar que levou menos de 48 horas após a confirmação do impeachment e a destituição definitiva de Dilma Rousseff para que Temer desferisse um duro golpe na Comunicação Pública. No dia 2 de setembro, o Diário Oficial da União publicou Medida Provisória praticamente acabando com o caráter público da EBC. Para se ter ideia, Temer extinguiu o Conselho Curador da Empresa, um dos principais espaços de participação social na comunicação pública.

O esforço de construir um sistema público de comunicação, previsto na Constituição Federal, mas praticamente inexistente até a criação da EBC, em 2007, é uma rara oportunidade de dar voz a segmentos historicamente invisibilizados no país, segundo Mielli. “O jornalismo diverso da EBC tende a romper com o discurso único do

monopólio midiático no Brasil”, afirma. “Mas o golpe não convive bem com diversidade na comunicação. Não é possível consolidar um processo ilegítimo com focos de combate e questionamento”.

Envolvidos no processo de implementação da EBC, Tereza Cruvinel e Franklin Martins criticam com veemência a intervenção. “É sintomático que um sujeito entronizado no poder por um golpe ataque a comunicação pública com tamanha violência e urgência”, opina Martins. “Por um lado, é um recado do governo ao seu grande aliado e porta-voz do golpe, que é o monopólio da mídia. Por outro, também escancara um incômodo profundo dos golpistas com vozes dissonantes na comunicação brasileira”. Já Cruvinel, ex-presidente da TV Brasil, salienta: “É um ataque frontal à diversidade informativa. Desmontar a EBC e asfixiar financeiramente as mídias alternativas é hegemonizar, ainda mais, o pensamento único”.

Frente ao cenário de iminente regressão, o FNDC prepara uma ampla campanha em defesa da liberdade de expressão. “Queremos ser um espaço para reunir todas as denúncias sobre violações à liberdade de expressão, seja no campo da edu-

cação, das manifestações e protestos, no trabalho ou no próprio mundo da comunicação”, explica Mielli. “Essa plataforma aglutinará as denúncias para que elaborem um relatório completo sobre o cenário de ataque à liberdade de expressão, a ser enviado para órgãos internacionais, de forma a escancarar que não vivemos mais em um Estado democrático”.

A coordenadora geral avalia que, na atual conjuntura, o FNDC é obrigado a dar dez passos atrás em sua luta política. “Uma coisa era pedir a Dilma Rousseff que regulasse imediatamente a comunicação. Por mais que os governos progressistas tenham deixado a desejar quanto à agenda da democratização da comunicação, havia um canal de diálogo com o movimento social. Isso nos permitia pressionar o governo. Como vamos pressionar, agora, um governo que não reconhecemos, fruto de um golpe de Estado?”, comenta.

A luta pela democratização da comunicação tem de continuar no Congresso, mas deve focar o combate na luta para evitar retrocessos. “Temporariamente, a luta deixa de ser propositiva. Claro que seguiremos defendendo a regulamentação dos meios de comunicação como algo fundamental para a democracia,

■ A INTERNET EM DISPUTA

Terreno propício à produção e disseminação de informação e ideias, a Internet está sob ataque. “A rede é uma das bandeiras centrais a serem erguidas pelo FNDC”, afirma Renata Mielli. “É inegável que o contraponto existente à mídia hegemônica no país circula, principalmente, na internet”. Para ela, não está dado que a Internet continuará um espaço de liberdade e de disputa de narrativas. Propostas de legislação que legitimam vigilantismo, coleta de dados pessoais, retirada de conteúdos por violação do direito autoral e quebra

da neutralidade da rede são ameaças a esse cenário dos meios alternativos e do ativismo digital. “A Internet está sob ataque, algo que a gente vem chamando a atenção há um bom tempo. Não há mais espaço para divisão entre os que lutam pela democratização da comunicação com foco na radiodifusão e os que focam na Internet. As duas agendas são essenciais”.

Durante o VI Fórum da Internet do Brasil, evento promovido pelo CGI.Br, uma articulação reunindo dezenas de entidades, entre as quais

o FNDC, lançou o movimento Coalizão Diretos na Rede. Seu objetivo é “defender princípios fundamentais para a garantia de acesso universal à Internet, respeito à neutralidade da rede, liberdade de informação e de expressão, segurança e respeito à privacidade e aos dados pessoais, assim como assegurar mecanismos democráticos e multiparticipativos de governança”. A Coalizão lançou a campanha Internet sob Ataque, para denunciar todas as ameaças aos direitos contra os usuários da rede mundial de computadores.



Peipe Branchi/Banco de Imagem

O protesto da equipe de "Aquarius", em Cannes, despertou a ira da imprensa alinhada a Michel Temer e a retaliação na indicação brasileira ao Oscar

mas nesse ambiente, não há espaço para a regulação democrática do setor”, lamenta. “Vivemos um Estado antidemocrático e será difícil pleitear políticas democratizantes. Voltamos ao ponto de ter de denunciar violações à liberdade de expressão”.

Para Vinicius Romanini, professor da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), o quadro de concentração dos meios de comunicação já constitui, por si só, um obstáculo ao exercício pleno do direito em questão. “A liberdade de expressão sempre foi limitada no Brasil porque a monopolização dos meios impede a livre circulação das opiniões e o debate fundamentado das propostas para o país”, assinala. “Há um viés de partida devido ao modelo de concessão e à falta de regulamentação da imprensa. Eu penso que, hoje, esse direito está ainda mais ameaçado, principalmente se tratando da expressão do pensamento libertário e inclusivo”.

Segundo ele, a onda conservadora que assola o país – fator fundamental para a consolidação do processo de impeachment ao arrepio da legalidade – tem tudo a ver com a mídia e, também, com o Judiciário: “a guinada conservadora na política brasileira só foi possível porque o Judiciário se ‘apequenou’

com opiniões e decisões que invertiram a tradição brasileira de garantia dos direitos e da presunção de inocência. Hoje, fala-se em garantir a liberdade de expressão para ataques raivosos e preconceituosos de setores conservadores, enquanto se persegue e criminaliza manifestações de protesto contra o governo de Temer, incluindo a participação da imprensa na cobertura dessas manifestações. Basta ver a ação vergonhosa da Polícia Militar de São Paulo nos protestos pacíficos que vêm ocorrendo”.

A imprensa e o golpe

Na avaliação de Romanini, a reeleição de Dilma Rousseff em 2014 “saíu do script” imaginado pela imprensa, que apostou em um processo de demonização cotidiana do governo e dos partidos de esquerda. “Por isso, não foi aceita pelos candidatos derrotados nem pelos donos da imprensa familiar”, explica.

Os meios hegemônicos publicando em uníssono, explica o pesquisador, produziu o que a teórica da comunicação alemã Elisabeth Noelle-Neumann chamou de “espiral do silêncio” na opinião pública: “um pequeno grupo de poderosos repetindo com grande veemência e virulência palavras de ordem contra

Dilma Rousseff e seus apoiadores criou ondas manipuladas de insatisfação raivosa contra temas como ‘corrupção’, ‘aparelhamento’ e ‘projeto hegemônico”.

Por outro lado, Romanini concorda que o novo cenário de midiaticidade e ativismo digital coloca em xeque a hegemonia absoluta dos grandes meios de comunicação. “Claro que a mídia alternativa das redes sociais tem um poder de difusão, interação e envolvimento jamais vistos antes do advento da Internet, principalmente porque se baseiam na horizontalidade da produção colaborativa”, sublinha. “Eu não tenho dúvidas de que o formato tradicional das velhas mídias impressas e eletrônicas está condenado, e que as mídias alternativas digitais deverão ocupar boa parte do espaço de circulação de informação e opinião”.

A tendência, segundo o pesquisador, é de que a Internet seja uma trincheira na resistência contra a regressão sinalizada pelo novo governo. “Isso deve ocorrer, também, porque o governo golpista está concentrando suas ações justamente no ataque aos direitos trabalhistas e às conquistas sociais das últimas décadas. As mídias alternativas serão os porta-vozes da nova onda de protestos que se anuncia”.

Edison Lanza



Daniel Cirna/CIDH

“Liberdade de expressão está sob ataque no Brasil”

O Relator para a Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos (OEA), Edison Lanza, esteve em São Paulo e participou de um debate, em 26 de setembro, promovido pelo FNDC em parceria com a Artigo 19. Crítico à falta de diversidade de opiniões e ideias na mídia brasileira, Lanza concedeu entrevista exclusiva para a revista *MídiaComDemocracia* e demonstrou preocupação com os iminentes retrocessos sinalizados pelo governo Temer, como o desmonte da comunicação pública e a repressão em protestos e manifestações.

Felipe Bianchi

Que avaliação você e a Relatoria para a Liberdade de Expressão fazem sobre o cenário de concentração dos meios de comunicação no Brasil?

O cenário de concentração dos meios no Brasil é histórico, ou

seja, não podemos simplesmente pegar uma radiografia atual deste cenário e compará-la com a de outras democracias. O caso é que praticamente não existiu nenhum tipo de regulação quanto à propriedade, controle, pluralismo e diversidade dos meios de comunicação no Brasil, algo que é bastante comum em

outras democracias consolidadas. Por exemplo, em países como Reino Unido, França e os Estados Unidos.

A falta de um órgão regulador, com todas as características que exigem os padrões internacionais, como a independência em relação ao poder político, gerou uma situação que todos conhecem bem: a predominância absoluta, em especial na radiodifusão, de três grupos e, sobretudo, um gigante [Organizações Globo]. É muito pouco para um país de 200 milhões de habitantes.

A concentração, inclusive, agrava o problema da falta de produção de mídias locais, especialmente em um país com tanta diversidade regional. Essa configuração histórica é fruto da ausência de regulação e de vontade política para alterar o quadro. Somado a isso, há o coronelismo político. No Brasil, muitos políticos são proprietários de veículos de comunicação, o que intensifica o problema da falta de democracia nos meios.

Qual a sua opinião sobre os retrocessos – alguns sinalizados e outros já levados a cabo – pelo governo de Michel Temer?

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) avalia que algumas medidas do atual governo brasileiro podem ter um caráter bastante regressivo quanto aos direitos humanos e à liberdade de expressão. Essas medidas vão desde a formação dos gabinetes com a predominância absoluta de homens brancos até a supressão do Ministério de Direitos Humanos e o desmonte da comunicação pública. São medidas que podem ter um efeito extremamente negativo sobre conquistas recentes da democracia brasileira.

Os grandes meios de comunicação adotaram uma narrativa praticamente idêntica para tratar o impeachment de Dilma Rousseff, com muito pouco espaço para o debate e para o contraditório. Por outro lado, a imprensa estrangeira colocou em pauta a legalidade do processo. O que isso significa?

Talvez o cidadão brasileiro leia o que os jornais dizem sobre o impeachment e, desavisado, não perceba o debate amplo que tem ocorrido em nível internacional sobre o processo. Há um envolvimento evidente das

linhas editoriais dos grandes meios com o processo de impeachment.

O leitor talvez não perceba essa contradição que existe, até pela falta de diversidade na mídia brasileira. A democracia precisa ser plural, precisa de distintas linhas editoriais, distintas fontes informativas e plataformas de opinião política. Sem dúvida, há uma dívida dos meios de comunicação com a democracia brasileira. Para suprir esse problema, é necessário um amplo debate participativo e luta política, mas parece que, infelizmente, esta não é a conjuntura ideal para isso.

A falta de políticas para a pluralidade midiática no Brasil é um problema grave para a democracia e para o próprio sistema de comunicação. É urgente retomar a bandeira da liberdade de expressão para defender a democracia. Não existe democracia consolidada sem liberdade de expressão.

Qual é a sua avaliação sobre os ataques à EBC?

Enxergamos a Empresa Brasil de Comunicação como importante ferramenta de fortalecimento do sistema público de comunicação. A sua autonomia e independência, porém, estão gravemente ameaçadas.

A dissolução do Conselho Curador é um dos sintomas mais graves dessa intervenção. A CIDH defende, há um bom tempo, que não se pode usar o poder estatal para eliminar meios de comunicação e informação divergentes.

O que você opina sobre a repressão nas manifestações e protestos no Brasil?

A repressão tanto aos manifestantes quanto aos profissionais que cobrem os protestos são inaceitáveis. A violência contra jornalistas que cobrem as manifestações, que vão das agressões à apreensão de materiais de trabalho, além da militarização e da agressão e detenção de participantes, configura grave violação da liberdade de expressão.

A Internet também está ameaçada?

A neutralidade da rede e a proteção da privacidade, temas presentes no Marco Civil da Internet brasileiro, estão em xeque. A legislação brasileira é considerada pela Relatoria da OEA como um exemplo mundial. Estamos preocupados, entretanto, com a ameaça em forma de leis e emendas que colocam em risco essas conquistas.

RELATÓRIO LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL 2005-2015

Em 2016, a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da OEA lançou o relatório Liberdade de Expressão no Brasil 2005-2015. A publicação, escrita em português, compila inúmeros capítulos relativos ao Brasil presentes nos relatórios anuais produzidos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Ao relatar os casos, a obra dá ênfase tanto aos avanços legais e de jurisprudência quanto aos episódios de censura prévia, restrições ao direito de acesso à informação pública e ao exercício do direito à manifestação.

Download: www.oas.org/pt/cidh/expressao/publicaciones





Intervenção do movimento Ocupa Funarte/Ocupa Minc contra mudanças na comunicação pública e de apoio ao Conselho Curador da EBC, nas dependências da empresa, no dia 31 de maio

Autor desconhecido/Fonte: Página do Conselho Curador da EBC

DIVERSIDADE

Intervenção na EBC impõe retrocesso na comunicação pública

Com a MP 744/2016, o governo Michel Temer acabou com o mandato do diretor-presidente da EBC, com o Conselho Curador e colocou em xeque o desenvolvimento de uma comunicação pública no país.

Railídia Carvalho

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi desfigurada. No início de setembro deste ano, o atual presidente da República, Michel Temer, alterou a lei 11.652/2008, ex-

tinguindo o mandato de quatro anos do diretor-presidente da empresa e liquidando o Conselho Curador da EBC. O ato se deu através da Medida Provisória (MP) 744/2016 e eliminou qualquer independência que a empresa poderia ter em relação ao

governo federal, desestabilizando a primeira experiência nacional em comunicação pública do Brasil. A MP ainda precisa passar pelo Congresso Nacional.

O desmonte que se instalou rapidamente na EBC contrasta com o período de expectativas positivas desde que a lei que criou a empresa foi aprovada. Em 2008, 336 deputados federais, incluindo Michel Temer, aprovaram a Medida Provisória 398, que foi convertida na lei 11.652, que regulamenta a radiodifusão no Brasil. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava em seu segundo mandato e sancionou a lei. Estava criada a Empresa Brasil de Comunicação, constituída pela TV Brasil, sistema de rádio Nacional e Agência Brasil de notícias. Foi um marco na luta pela implementação de um sistema de comunicação pública no país.

A jornalista Tereza Cruvinel lembrou, em 17 de maio, as circuns-

tâncias da implantação da TV Brasil. O texto em forma de carta publicada no portal da Rede Brasil Atual foi dirigido a Temer na ocasião das primeiras investidas do então interino contra a EBC. Tereza foi a primeira presidenta da empresa, no período de 2007 a 2011.

“Enfrentamos, eu e os que estivemos à frente do projeto em sua fase inicial, preconceitos e incompreensões, a diuturna oposição dos meios privados, a carência de infraestrutura e de canais disponíveis no espectro analógico. Apesar disso, o projeto vingou e avançou nos últimos anos, deparando-se agora com a mais grave ameaça à sua sobrevivência”. A carta foi publicada quando Temer exonerou o presidente da EBC, Ricardo Melo.

Discricionariedade e autoritarismo

A primeira intervenção de Temer na EBC se concretizou logo após a Câmara dos Deputados aprovar a admissibilidade do processo de impeachment contra a presidenta eleita em 2014, Dilma Rousseff (PT). À revelia da Lei 11.652, que previa mandato de quatro anos para o diretor-presidente da empresa, Michel Temer exonerou Ricardo Melo no dia 17 de maio. O jornalista retornou ao cargo após o Ministro Dias Toffoli conceder liminar, no início de junho, ao analisar mandado de segurança impetrado por Melo no Supremo Tribunal Federal (STF).

No dia 31 de agosto, o Senado decidiu cassar, por 61 votos a 20, o mandato da presidenta Dilma. A aprovação do impeachment foi o gatilho para que dois dias depois, em 2 de setembro, o Diário Oficial publicasse a MP 744/2016, que foi assinada pelo presidente em exercício Rodrigo Maia (DEM-RJ). As alterações excluíram da lei a proteção ao mandato do diretor-presidente e o Conselho Curador. Dias Toffoli revogou a liminar que mantinha Ricardo Melo no cargo, alegando que a MP 744 fez a liminar perder o efeito.

“Não se trata de uma ques-

tão pessoal. Quem foi prejudicado não foi a pessoa do Ricardo Melo. Foi uma política que garantia à EBC um grau de independência em relação ao governo”, declarou Melo. Pelo texto original da lei 11.652 o Executivo escolhia o diretor-presidente e o diretor-geral. Com as alterações, o presidente da República tem o poder de nomear ou exonerar os membros da diretoria-executiva.

“A MP que foi editada pelo governo é uma medida completamente autoritária e, em segundo lugar, tem um objetivo claro que é acabar com os princípios da comunicação pública no país”, avaliou Melo. Ele se referiu ao artigo 223 da Constituição Federal que prevê a complementaridade dos sistemas de radiodifusão público, privado e estatal. No Brasil a radiodifusão privada é hegemônica.

Rede pública plural e cidadã

Assegurar um sistema de radiodifusão desatrelado dos interesses governamentais e econômicos e que garantisse ao cidadão exercer o direito à comunicação: esse foi o mote do movimento que envolveu amplos segmentos da luta pela democratização da comunicação, além de movimentos sociais, artistas e acadêmicos. O processo resultou na lei que criou a EBC.

“Acredito que a comunicação pública vive um cenário absolutamente asfixiante nesse momento, depois de uma década de sonhos e de esperanças a partir da criação da EBC”, avaliou Israel do Vale, presidente da emissora pública e educativa de Minas Gerais, Rede Minas de Televisão. Vale também preside a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – Abepec e integra a executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Segundo ele, as televisões públicas avançavam na estruturação e fortalecimento de uma rede horizontal no país. “Uma rede que fosse capaz de dar corpo à multiplicidade de olhares e sotaques, da vastidão da

riqueza cultural do país, e isso nesse momento está sob risco”, ressaltou. Israel foi gerente de conteúdo da EBC e o segundo profissional a ser convidado no processo de implantação da TV Brasil no Rio de Janeiro.

Uma das faces da EBC, a TV Brasil somou esforços durante oito anos para dar visibilidade à riqueza cultural do país. A emissora oferecia programas pautados pelo interesse público, buscando diversificar a abordagem dominada pelo olhar das emissoras privadas.

Nesse período, a televisão abordou em sua programação direitos humanos, liberdade de expressão, exercício da cidadania, diversidade cultural e étnico-racial e programas infantis. O conteúdo produzido pelas agências da EBC circulava gratuitamente em uma rede de emissoras de todas as regiões do país.

“O arranjo que a EBC permitiu estruturar em torno da ideia de uma rede nacional de comunicação pública garantiu que as redes regionais, ligadas aos governos estaduais, e públicas, sobretudo, mas também canais legislativos, comunitários e universitários pudessem se associar em torno de determinada ideia e estruturar uma política de intercâmbio de conteúdo autônoma. Mas com a intervenção isso está sendo inviabilizado”, alertou Vale.

A mudança de direção na EBC alterou a programação da TV Brasil. Segundo a vice-presidente do Conselho Curador da empresa, Evelin Maciel, a nova direção extinguiu a chamada faixa de reflexão, criada a pedido do Conselho, que oficialmente também foi extinto pela MP 744, editada por Michel Temer. De acordo com a conselheira, a justificativa apresentada para o fim da faixa de reflexão foi a necessidade de despolitizar a programação.

Segundo Evelin, a faixa trazia programas de debate e entrevistas, no horário da noite, que exploravam assuntos que impactavam o dia a dia da sociedade. A presença de especialistas esclarecia e aprofundava o tema ao telespectador. Foram abordados na faixa as manifestações de junho de

2013, reformas em trâmite no Congresso Nacional e também o impeachment. “É justamente essa faixa que está sendo atacada”.

Acerca da cobertura do impeachment, Evelin esclareceu que o Conselho defendeu o equilíbrio no espaço dedicado a cada uma das partes envolvidas no processo. “Uma crítica que o conselho estava fazendo naquele momento à programação era a necessidade de termos a posição de vários lados. E a empresa dizia que quando convidava o lado pró-impeachment eles se recusavam a ir”, disse.

Evelin afirmou que a orientação do conselho era que a informação da recusa do convite deveria chegar ao telespectador. “Orientamos que se mantivesse uma cadeira vazia no cenário para que o telespectador visse que os convites estavam sendo feitos e que a TV Brasil estava se esforçando para mostrar os dois lados”.

A missão do Conselho Curador é assegurar que a diversidade da sociedade esteja representada na programação da EBC. Além disso, é atribuição do órgão garantir a autonomia do conteúdo em relação ao governo e ao mercado. O conselho é formado por 22 membros: 15 representantes da sociedade civil, quatro do Governo Federal, um da Câmara dos Deputados, um do Senado Federal e um representante dos trabalhadores da EBC.

Ricardo Melo também comentou a cobertura do impeachment feita pela TV Brasil. “A nossa pluralidade e apartidarismo ficou absolutamente patente. Agora, como cobrimos coisas que não saem na mídia tradicional fomos acusados por alguns setores de estarmos fazendo uma cobertura a favor do governo”, enfatizou.

“Ouvimos o movimento sem-teto, movimento negro, movimento dos artistas. Abrimos palanque para todas as correntes da sociedade, inclusive aos favoráveis ao impeachment. Convidamos reiteradamente Aécio Neves, José Serra, Michel Temer, Aloysio Nunes, que foi ao nosso programa, Hélio Bicudo, que tam-

bém participou, Tasso Jereissati. Na cobertura das manifestações tivemos uma equipe destinada a cobrir os que eram a favor e os que eram contra o impeachment”, detalhou.

A coordenadora geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Renata Mielli, observou que ao lado do esvaziamento do caráter público da empresa, destruído em uma “canetada”, também é atacada a trajetória de oito anos de profissionais que ajudaram a construir a EBC. “São profissionais que colocam a empresa em pé e que ainda estão lutando para resistir. Ainda estão resistindo”.

EBC vive cenário de macartismo

Um cenário de “macartismo” se instalou na EBC, definiu Renata. O quadro na empresa é de demissões, censura, perseguições, assédio moral, reorientação de pauta e transferências. Foi nomeado como diretor-presidente o jornalista Laerte Rímoli, que teve recente passagem pela TV Câmara, convidado pelo deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Laerte também trabalhou em campanhas eleitorais de Aécio Neves e Fernando Henrique Cardoso.

Além da presidência, as nomeações de Temer foram direcionadas para postos chaves da EBC como a Ouvidoria e o Conselho de Administração (Consad). As palavras golpe e presidenta foram proibidas nos programas. De maio a setembro, dezenas de rescisões de contratos se efetivaram e alimentaram o noticiário das redes comerciais com queixas de Temer de que a EBC estava aparelhada.

“O que ele (Temer) está fazendo hoje e que é um aparelhamento. Nos governos Lula e Dilma os movimentos sociais tinham críticas ao modelo da EBC. Defendíamos o projeto da EBC e disputávamos com críticas a implementação do projeto. Nossas considerações eram para



Agência Brasil

“A MP que foi editada pelo governo é uma medida completamente autoritária e tem um objetivo claro que é acabar com os princípios da comunicação pública no país”.

Ricardo Melo, ex-presidente da EBC



Antônio Augusto/Câmara dos Deputados

“Vamos levar o Brasil para o banco dos réus no que diz respeito às violações à liberdade de expressão que estamos sofrendo depois do golpe”.

Renata Mielli, coordenadora geral do FNDC

aprofundar a autonomia da EBC, para radicalizar essa autonomia. Hoje a empresa perdeu toda a autonomia que tinha”, comparou Renata.

De acordo com ela, uma empresa pública de comunicação não poderia estar ligada à Secretaria de Comunicação do governo (Secom). “À época já era um problema, mas existia



Inconfidências

“Acredito que a comunicação pública vive um cenário absolutamente asfixiante nesse momento, depois de uma década de sonhos e de esperanças a partir da criação da EBC”.

Israel do Vale, presidente da Rede Minas



Antonio Augusto/Câmara dos Deputados

Uma crítica que o conselho estava fazendo naquele momento à programação era a necessidade de termos a posição de vários lados. E a empresa dizia que quando convidava o lado pró-impeachment eles se recusavam a ir”.

Evelin Maciel, vice-presidente do Conselho Curador da EBC

independência editorial. Não existia uma intervenção e eram respeitados os mecanismos que garantiam o caráter público. Tanto que a empresa tinha dezenas de instrumentos que garantiam a autonomia, que hoje deixaram de existir”, avaliou Renata.

Parte dos integrantes do Conselho Curador preservou as atri-

buições do órgão. Segundo Evelin, os conselheiros buscam desfazer os equívocos e inverdades que são noticiadas contra o Conselho. “Mostamos a pluralidade que havia com representação de negros, indígenas, trabalhadores. Tivemos grandes embates com o governo Dilma assim como teríamos com o governo Temer, mas a diferença é que nunca a reação do governo tinha sido tão autoritária e totalitária”.

Nota técnica divulgada no dia 7 de outubro pelo Grupo de Trabalho de Comunicação Social da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal considerou inconstitucional a MP 744. O texto argumenta que a medida viola a autonomia da EBC, criada a partir de “uma necessidade cultural que atualmente não é apropriada pelos sistemas estatal e privado de comunicação”.

A recente manifestação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão foi precedida de outras reações contra o tratamento do governo Temer dado à EBC. Desde maio, aconteceram atos públicos, notas de repúdio, representações de parlamentares e entidades em defesa da comunicação pública denunciando, através da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, o ataque aos princípios e objetivos da empresa.

Relator para a Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos (OEA), Edison Lanza também fez críticas às alterações na legislação que criou a EBC. As declarações aconteceram no final de setembro durante debate sobre liberdade de expressão no Brasil, realizado no Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé.

“O Brasil havia avançado na comunicação pública, através do fortalecimento da EBC, da televisão pública, agora há uma série de medidas que manifestamos preocupação, porque há retrocessos”, ressaltou Lanza.

Ele reafirmou que o relatório das Nações Unidas chama a atenção para a importância da autonomia e

independência da televisão pública. “Agora recebemos a notícia que foi cassado o conselho consultivo [Conselho Curador] da TV pública brasileira que teria participação da sociedade civil e isso tem repercussão na linha editorial, na programação”, surpreendeu-se na ocasião.

Denúncia a órgãos internacionais

O ataque à EBC será denunciado pelo FNDC aos organismos internacionais para a liberdade de expressão. “Vamos levar o Brasil para o banco dos réus no que diz respeito às violações à liberdade de expressão que estamos sofrendo depois do golpe”, informou Renata. Segundo ela, a agenda em defesa da comunicação pública não se esgota com a tentativa de desmonte da EBC. Encontros regulares com parlamentares também fazem parte da rotina do FNDC para pressionar pela rejeição da MP 744. O fórum também vai representar judicialmente contra a medida de Temer.

“Temos um compromisso com o país e com a história da comunicação pública. Não vamos desmobilizar. Vamos continuar fazendo análises da programação, produzindo documentos e entregando para a sociedade brasileira. O diálogo será diretamente com a sociedade, não mais com a empresa”, esclareceu Evelin. Alguns conselheiros realizaram reunião recente no Rio de Janeiro e também tem dialogado com parlamentares pela rejeição da Medida Provisória.

Na opinião de Ricardo Melo, a mobilização social reunindo movimento social, sindical, imprensa sindical, é fundamental neste momento. “É preciso fazer barulho. De uns meses para cá, a sigla EBC tem saído nos jornais. Nem a grande mídia está podendo ignorar. A nossa contribuição foi essa, fazer com que a comunicação pública seja um tema que esteja no debate, na preocupação de setores que a ignoravam, que nem sabiam que existia”, observou.

25 anos em defesa da democracia nas comunicações e no Brasil



Fórum faz aniversário, celebra conquistas históricas e recoloca a centralidade da pluralidade na mídia no centro da disputa por uma sociedade democrática

Maria Mello



Se a origem da luta pela democratização da comunicação no Brasil tivesse um rosto, ele seria o de Daniel Herz. Acadêmico e militante gaúcho, participou da fundação do Curso de Jornalismo da UFSC e fundou o Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), que culminou na criação do projeto “Donos da Mídia”, em 2002. Foi idealizador da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, fundador e coordenador do FNDC nos anos 1990. Lançou, em 1987, o livro “História Secreta da Rede Globo”. Faleceu em maio de 2006, mas seu legado continua presente no cotidiano das lutas do movimento.

Uma luta de raízes fortes e de frutos promissores. A trajetória do principal instrumento de pressão por um sistema de comunicação plural e democrático para o país, que completa 25 anos em 2016, é marcada por processos contínuos de formulação, mobilização e pressão coletiva em diferentes arenas da sociedade brasileira.

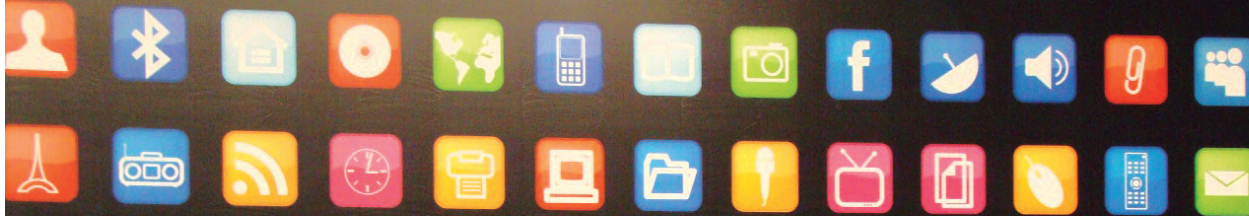
Trata-se da história de um movimento que se confunde com a própria luta pela redemocratização do país. Foi em meio às campanhas nacionais e massivas por eleições diretas, ainda em 1983, que um grupo de docentes e estudantes do curso de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – então liderado por um jovem professor chamado Daniel Herz – começou a construir um espaço de elaboração sobre os desafios para essa agenda. Pouco depois, durante o VII Congresso Brasileiro de Ensino e Pesquisa em Comunicação, o grupo oficializava a criação da Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC), ao lado de associações de classe, parlamentares, professores e militantes de todo o país interessados no tema.

No processo da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1987, a Frente, com destaque para a intensa atuação da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), foi a responsável pela sugestão de normas para a democratização da mídia, com vistas a influenciar o texto final da Carta Magna. Uma das iniciativas envolveu

a coleta de assinaturas de cidadãos e cidadãs para a Emenda Popular n° 91, chamada “Democratização dos meios de comunicação”, que previa, entre outros pontos, limites à concentração de concessões e permissões e a ampliação das decisões relativas ao setor, por meio da criação de um Conselho Nacional de Comunicação.

A Emenda reuniu o número de assinaturas necessárias para sua tramitação e passou a ser debatida em subcomissões da ANC. A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), então relatora da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, uma das mais importantes personagens do período, acolheu o conteúdo da proposta em seu relatório, mas sua aprovação foi sistematicamente obstruída pelo intenso *lobby* do empresariado do setor – integrado, inclusive, por parlamentares. Entre 1985 e 1988, 91 constituintes foram beneficiados com outorgas de rádio ou televisão. Sem a correlação de forças favorável ao texto progressista de Tavares, o resultado acabou por contemplar mais o lado conservador da disputa e que se traduziu nos artigos 21, 220, 221, 222, 223 e 224 da Constituição vigente.

Com a promulgação da Carta Magna, em outubro de 1988, a sociedade civil organizada (ainda sob a forma da FNPDC) tratou então de exercer pressão pela regulamentação do artigo 224, que trata do Conselho de Comunicação Social (CCS). Como órgão auxiliar do Congresso Nacional, ele se destinaria a efetivar os demais



COMUNICAÇÃO: MEIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE DIREITOS E DE CIDADANIA NA ERA DIGITAL



I Conferência Nacional de Comunicação: processo abriu caminho para novo momento da luta pela democratização da mídia no Brasil

dispositivos constitucionais. A pressão só surtiu efeito em 1991, quando o artigo foi regulamentado, e a primeira composição do CCS só veio onze anos depois, em 2002. A maioria dos artigos relativos à comunicação, até hoje, não foi regulamentada.

“Embora a Constituição tenha vindo com princípios que a Frente defendia e com esse olhar sobre uma atribuição pública, ela não incide sobre os limites e estruturas que tinham se constituído durante a ditadura”, lembra Celso Schröder, ex-presidente da Fenaj. Segundo o jornalista, a defesa na época também era a de que o CCS fosse um órgão deliberativo. Schröder acredita que o viés autoritário do período permaneceu: “ela consagra o conceito de público numa dimensão estapafúrdia, que é o terceiro elemento constituidor complementar do sistema, embretando a dimensão pública num sistema falho”.

Tornar a luta permanente

A experiência de luta durante a ANC relevou a necessidade de mobilização permanente em torno da pauta. Ainda havia muito a fazer. Em 1989, Fernando Collor de Mello era eleito a partir de uma flagrante e manipuladora campanha dos meios hegemônicos de comunicação. Entidades e militantes da Frente passaram

a avaliar a construção de um movimento com a missão de atuar na formulação de políticas e constituir uma potência de atuação em nível nacional.

Foi assim que, em março de 1990, nasceu no Rio de Janeiro o Comitê pela Democratização dos Meios de Comunicação, com o apoio de mais de 60 entidades sindicais e da sociedade civil. Em novembro daquele mesmo ano, a Fenaj divulgava, durante seu 24o Congresso, o documento “Proposta dos jornalistas à sociedade civil”, que convocava a criação de um movimento nacional de luta pela democratização da comunicação.

Em junho de 1991, sete estados já haviam criado comitês. Em uma reunião realizada com seus representantes em Brasília, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) era apresentado à sociedade como movimento social de articulação “com atuação no planejamento, mobilização, relacionamento, formulação de projetos e empreendimento de medidas legais e políticas para promover a democracia na Comunicação”. Ali, foram determinadas também as bandeiras centrais de luta para o período seguinte, como a Cabodifusão, a instalação do Conselho de Comunicação Social, a Lei de Imprensa e a regionalização da produção de conteúdos para rádio e TV.

Em 1992, uma plenária ele-



Deputada Cristina Tavares: pioneira

geu a primeira Coordenação Executiva do Fórum, composta pela Fenaj, pela Federação dos Radialistas (Firtert), a Associação Nacional de Entidades de Artistas e Técnicos de Diversões (Anart) e por representantes de quatro comitês estaduais (RJ, SP, MG e SC). Em 20 de agosto de 1995, com capilaridade nacional, o Fórum tornou-se associação civil, tendo Daniel Herz como coordenador geral.

Lei do Cabo

No início de 1990, o governo lançara uma consulta pública sobre a portaria de criação do serviço de TV a Cabo no Brasil. As entidades do FNDC pressionavam pela aprovação um Projeto de Lei que garantisse mais força à política. Em 1991, o deputado federal Tilden Santiago (PT-



Campanha Para Expressar a Liberdade: FNDCC elabora projeto de iniciativa popular para novo marco regulatório das comunicações

-MG), articulado com o movimento social, apresentou um projeto de lei que, no final de 1994, foi aprovado e sancionado via Lei nº 8.977/1995. A Lei do Cabo regulamentou o funcionamento de canais privados no sistema de TV por assinatura e dos canais básicos de utilização gratuita: comunitários, legislativos, universitários e educativo-culturais.

“A importante conquista da Lei do Cabo inaugurou a ideia de um canal comunitário aberto, para utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos, trazendo para os canais e frequências uma lógica mais distributiva na composição de forças na comunicação brasileira”, conta a psicóloga Roseli Goffman, que integrou a Coordenação Executiva do FNDCC como representante do Conselho Federal de Psicologia.

Rádiodifusão comunitária

O FNDCC também teve papel preponderante na formulação teórica sobre rádiodifusão comunitária que deu força ao movimento de rádios e resultou na Lei nº 9.612 de 1998. A legislação passou a regular rádios locais de baixa potência e com cobertura territorial restrita, para a prestação de serviços exclusivamen-

te por associações comunitárias com atividade na área de funcionamento da emissora. Além disso, estabeleceu que os serviços não poderiam ter fins lucrativos nem fazer proselitismo de qualquer natureza, e deveriam se dedicar apenas às necessidades da comunidade local. Hoje a lei é considerada limitadora do funcionamento das comunitárias, tanto em função da potência prevista para os transmissores, do alcance permitido e da burocracia exigida para a autorização das outorgas. Mas naquele momento ela permitiu o reconhecimento das emissoras.

Confecom

A realização da I Conferência Nacional de Comunicação foi outro marco importante das conquistas do FNDCC. De 2007 até a realização da etapa nacional da Conferência, em dezembro de 2009, com a atuação fundamental das entidades que compõem o Fórum, houve uma série de reuniões, seminários e encontros estaduais preparatórios, promovidos pelos três setores envolvidos no processo (sociedade civil não empresarial, sociedade civil empresarial e poder público), que envolveram cerca de 30 mil pessoas de diversos segmentos na discussão dos rumos das políticas públicas para o setor no país.

A Conferência foi marcada por intensas disputas entre o empresariado e os movimentos sociais e, ao final de quatro dias, foram aprovadas mais de 600 propostas. Tinha início, ali, a base para uma nova fase de atuação, mais robusta, por parte da sociedade civil organizada nesta pauta.

“A democratização da comunicação é peça chave na consolidação da democracia. A luta do FNDCC demonstra isto. A realização da primeira Confecom marca um novo momento. É neste processo que o FNDCC se reconstrói, respeitando sua história mas abrindo novas possibilidades com novos atores e novas perspectivas”, acredita Rosane Bertotti, coordenadora-geral do FNDCC, representando a Central Única dos Trabalhadores, entre 2011 e 2016.

Lei da Mídia Democrática

Em maio de 2011, o FNDCC promoveu, junto a outras entidades do movimento social e do meio acadêmico, no Rio de Janeiro, o seminário “Marco Regulatório – Propostas para uma Comunicação Democrática”, com vistas à construção de uma plataforma com foco em 20 propostas consideradas prioritárias para a definição de um novo marco legal

para as comunicações, baseadas nas principais resoluções da Confecom.

Ao final da gestão Lula e início do governo Dilma, o Ministério das Comunicações chegou a sinalizar que abriria o debate sobre este tema com a população. Como nenhuma medida foi tomada por parte do poder público e as propostas aprovadas na Confecom permaneceram engavetadas, entidades da sociedade civil, lideradas pelo FNDC, lançaram em 2012 a campanha “Para Expressar a Liberdade: uma nova lei para um novo tempo”. O propósito era debater com o conjunto da sociedade os motivos pelos quais se faz necessária uma nova legislação para garantir o direito à comunicação no Brasil.

Após plenária realizada em 2013, a campanha aprovou um novo instrumento de debate, formação e luta por um novo marco regulatório para a radiodifusão: o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica – ou Lei da Mídia Democrática. O texto traz proposições para a regulamentação dos artigos 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal e depende do endosso de 1,3 milhão de assinaturas para tramitar no Congresso.

Desafios em tempos de golpe

Nos últimos anos, o FNDC encampou lutas importantes em torno da TV Digital, da criação da

Empresa Brasil de Comunicação e da aprovação do Marco Civil da Internet, entre outros temas. Sua história revela que a ação da sociedade civil organizada foi de fundamental importância para a concretização de medidas consideradas importantes no campo das comunicações, ante as forças econômicas e políticas que historicamente se opõem ao processo de democratização.

De forma paulatina, o tema vem se tornando bandeira de um número cada vez maior de movimentos sociais e grupos da sociedade civil. Hoje, o Fórum é composto por cerca de 70 entidades nacionais e mais de 500 regionais, além de 19 comitês com atuação local. A participação do movimento sindical, com o objetivo de dialogar mais efetivamente com a classe trabalhadora, também foi ampliada.

“O movimento sindical tem estudado cada vez mais o assunto. A CUT se orgulha de ter coordenado o FNDC e seus sindicatos têm participado dessa batalha em todos os estados e ramos. Cabe aprofundar o diálogo sobre o tema e fazer com que ele venha para a pauta da sociedade”, aponta Roni Barbosa, Secretário Nacional de Comunicação da Central, hoje na Executiva do Fórum.

O desafio de ampliação da agenda para outros segmentos torna-se ainda mais importante no contexto atual de luta pela restauração da democracia. “Essa bandeira segue tão atual quanto no seu nascedouro. Vi-

vemos o reflexo direto de uma mídia concentrada no processo de impeachment e de instauração de um governo ilegítimo no país, cujas consequências serão sentidas ainda no médio prazo. A agenda do golpe – que tem sido implementada inclusive no campo das comunicações e telecomunicações – e o próprio resultado eleitoral mostram o quanto a esquerda sofreu com o uso político e econômico dos meios de comunicação”, avalia Bia Barbosa, secretária-geral do FNDC e representante do Intervozes na instância.

Para Celso Schröder, é momento de envidar esforços para restabelecer a esfera pública. “Foi uma derrota não termos conseguido fazer um marco regulatório até hoje. A tarefa é de reinício, de reafirmação das bases que nos originaram, da necessidade de um marco, reivindicando que os partidos políticos, que infelizmente em sua maioria não incorporaram essa agenda, o façam”, afirma.

Apostar na centralidade da comunicação para o enfrentamento do cenário político de retirada de direitos torna-se, portanto, ainda mais fundamental. “Se há algo que podemos considerar positivo nesse processo é que um segmento mais amplo da sociedade está percebendo quão estratégica é a garantia do direito à comunicação e de uma mídia plural para a retomada da nossa democracia. Temos que aproveitar este momento para fortalecer e capilarizar ainda mais o FNDC”, completa Bia.





XIX PLENÁRIA NACIONAL

As estratégias do FNDC na atual conjuntura política

Nova gestão propõe resistência popular e unidade de setores progressistas para restaurar a democracia no país.

Pedro Rafael Vilela

Sucessivos ataques contra a liberdade de expressão, desmonte da mídia pública e avanço de projetos que ampliam a concentração econômica e o controle de conteúdo representam a face mais grave do golpe em curso no país quando se trata do direito à comunicação. Essa é a principal constatação entre os integrantes da atual gestão do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

Eleita no final de abril (saiba mais no quadro ao lado), em meio ao processo de agravamento da crise política, que culminou

na deposição da presidenta Dilma Rousseff, a nova coordenação do Fórum tem, para os próximos dois anos, o desafio de mobilizar a sociedade contra o avanço de uma agenda regressiva para as comunicações.

Resolução política do Conselho Deliberativo do FNDC, publicada em setembro, faz um alerta sobre a gravidade do momento: “Temos acompanhado e denunciado veementemente as iniciativas de cerceamento do direito constitucional à livre manifestação do pensamento e ao direito à informação. Atos públicos têm sido reprimidos violentamente pelas forças de segurança e a repressão tem sido incentivada por veículos de comunicação.

Intelectuais, artistas, jornalistas, fotógrafos, cineastas, midialivristas e comunicadores sociais têm sofrido perseguição política, ideológica e até policial, trazendo para o século XXI o macartismo praticado nos Estados Unidos na década de 40 e implantado no país um verdadeiro clima de censura”.

Somam-se a essas iniciativas a grave e arbitrária intervenção na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), destruindo o seu caráter público. As mudanças anunciadas na Lei Geral de Telecomunicações, atualmente em debate por meio do projeto de lei nº 3453/2015, devem reduzir ainda mais as obrigações das gigantes operadoras privadas do setor de telefonia. É o que explica o engenheiro Marcio Patusco, presidente do Conselho Consultivo da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e representante do Clube de Engenharia do Brasil no Conselho Deliberativo do FNDC. Segundo ele, a medida em curso “acaba com os serviços em regime público de telecomunicações, ou seja, todos os serviços serão prestados em regime privado, sem obrigações de universalização, continuidade e modicidade tarifária”. Além disso, serão extintas as concessões, passando todas as ou-

torgas para autorizações com menores compromissos regulatórios. Os chamados bens reversíveis, compostos principalmente por redes e cabos de telecomunicações que deveriam ser devolvidas ao patrimônio público ao fim das concessões, poderão ser incorporadas às empresas por um valor muito reduzido, alerta Patusco.

Na internet, multiplicam-se medidas legislativas para limitação de acesso e controle da liberdade de expressão nas redes. O próprio Comitê Gestor da Internet (CGI.br) está sob riscos. “Interesses comerciais e uma tendência criminalizadora estão ganhando um espaço que há muito tempo não tinham dentro do parlamento brasileiro. Isso coloca para a sociedade um desafio muito grande não só de acompanhar, mas de pressionar os parlamentares a não aprovarem

retrocessos, ou o impacto do golpe será ainda maior”, alerta Bia Barbosa, secretária-geral do FNDC.

Observatório de violações

Dentre as principais iniciativas aprovadas pelo FNDC para o próximo período, está a construção de uma plataforma online para receber denúncia de violações à liberdade de expressão. A ideia é que esse observatório, que estará vinculado à página da campanha Para Expressar a Liberdade (www.paraexpressarliberdade.org.br) receba denúncias como o cerceamento à realização de protestos, perseguição (judicial ou política) e criminalização de comunicadores e veículos, censura e cobertura discriminató-

ria/criminalizadora contra ativistas e movimentos populares por parte da mídia, entre outras.

Segundo Renata Mielli, coordenadora-geral do FNDC, “a liberdade de expressão foi o primeiro e certamente continuará sendo um dos principais alvos do golpe em curso”. Ela lembra que a campanha de denúncia contra essas violações deverá ter o apoio e o envolvimento das centenas de entidades filiadas e dos Comitês pela Democratização da Comunicação espalhados pelo país. “A ideia é que os próprios comitês funcionem também como células em torno da defesa da liberdade de expressão e contra a censura”. As denúncias obtidas a partir da plataforma poderão ser usadas para denunciar, dentro e fora do país, as graves violações em andamento.

MAIOR PLENÁRIA DA HISTÓRIA DO FNDC ESCOLHE INTEGRANTES DA GESTÃO 2016-2018

Realizada em São Paulo, de 21 a 23 de abril, a XIX Plenária Nacional do FNDC elegeu a nova composição da Coordenação Executiva e dos conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade para o biênio 2016-2018. A coordenação geral do Fórum passou a ser da jornalista Renata Mielli (Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé), que ocupava a Secretaria Geral da entidade na gestão anterior. Mesmo em uma conjuntura de avanço do conservadorismo no país, a plenária foi a maior da história do FNDC, com 128 participantes (81 delegados, 42 observadores e cinco integrantes da organização), demonstrando a força do movimento.

Coordenação Executiva

● Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social: **Bia Barbosa**, secretária-geral

● Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj: **Beth Costa**, secretária de Comunicação

● Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão – Fitert: **Nascimento Silva**, secretário de Políticas Públicas

● Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – Contee: **Alan Carvalho**, secretário de Formação

● Central Única dos Trabalhadores – CUT: **Roni Anderson**, secretário de Organização

● Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – Abepec: **Israel do Vale**, secretário de Finanças

Conselho Deliberativo

● Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações (Fitratelp)

● Clube de Engenharia do Brasil

● Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço)

● Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados e Serviços de Informática (Fenadados)

● Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF)

● União Nacional dos Estudantes (UNE)

● Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

● Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS)

● Comitês pela Democratização da Comunicação de Alagoas, Pará, Distrito Federal, Minas Gerais e Paraná

Conselho Fiscal

● Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)

● União de Negros pela Igualdade (Unegro)

● Comitê pela Democratização da Comunicação da Bahia

● Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) (Suplente)

● União Brasileira de Mulheres (UBM). (Suplente)

Emissoras controladas por políticos podem estar com dias contados

Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, defende que a posse de canais de rádio e TV por deputados e senadores fere a liberdade de expressão e o princípio de isonomia



Iara Moura

Em tempos de eleição, a disputa pelo maior tempo nos programas de rádio e TV é parte cabal para a conquista do eleitorado. Pensando nisso, as candidaturas fazem esforços de elasticidade nas alianças para garantir maior tempo no programa eleitoral obrigatório e investem vultosas somas em estúdio e produção. O tempo do programa eleitoral é dividido 90% proporcionalmente entre os partidos com maior número de representantes na Câmara e 10% igualmente entre todos.

Desta forma, a corrida eleitoral, no Brasil, coloca políticos disputando em condições completamente desequilibradas. Para piorar, a partida para alguns é autorizada bem antes que para outros. Segundo informações do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (Siacco), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), 32 deputados e oito senadores são proprietários, sócios ou associados de canais de rádio e TV. Têm, assim, espaço privilegiado de disputa pelo voto antes mesmo do período de campanha determinado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

“A dinâmica social produz normalmente desigualdades – há, de fato, aqueles com maior poder econômico ou que detêm, na órbita privada ou na pública, função, cargo ou emprego que lhes confere maior poder

de influência no processo eleitoral e político (...) não deve o próprio Estado criar ou fomentar tais desigualdades, ao favorecer determinados partidos ou políticos por meio da outorga de concessões, permissões e autorizações de serviço público, em especial de um relevante como a radiodifusão”. Esse foi o argumento do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, ao emitir parecer favorável à Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental 379 em agosto último. A ADPF 379 busca combater a posse de canais de rádio e TV por políticos com mandato eletivo.

Além da ADPF, em novembro de 2015, uma articulação de entidades da sociedade civil e institutos de pesquisa entregou ao Ministério Público Federal representação denunciando os políticos que foram em seguida listados na ADPF. A representação traz nomes famosos como o do senador Fernando Collor e dos deputados Sarney Filho (PV-MA), Elcione Barbalho (PMDB-PA) – ex-mulher de Jader Barbalho, Rodrigo de Castro (PSDB-MG) e Rubens Bueno (PPS-PR) – líder do partido na Câmara. O próprio MPF de São Paulo já havia protocolado poucos dias antes ação contra veículos de radiodifusão ligados aos deputados paulistas Antônio Bulhões (PRB), Beto Mansur (PRB) e Baleia Rossi (PMDB).

Levantamento feito pelo

Observatório do Direito à Comunicação reforça a tese de que os políticos radiodifusores tiveram participação ativa no processo. Dos oito senadores na mira do MPF, sete votaram a favor do impeachment e um se ausentou da votação. Dos 32 deputados federais, 23 foram a favor, oito contra e um faltou à sessão. O deputado federal Beto Mansur, dono das Rádios Cultura FM e Cultura São Vicente, foi um dos principais articuladores do impeachment de Dilma na Câmara dos Deputados. Papel também crucial teve o senador Aécio Neves (PSDB-MG), dono de uma retransmissora da rádio Jovem Pan.

Andamento

A representação contra os políticos radiodifusores de todo o país segue tramitando junto às Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão (MPF) em cada um dos 18 estados de origem dos políticos listados. Atualmente, a ADPF 379 está nas mãos do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, relator da arguição. Além do parecer favorável da PGR, o FNDC e a Artigo 19 protocolaram *amicus curiae* (intervenção externa em processo através de opinião jurídica) endossando a ADPF. Na contramão, além da AGU, Senado, Câmara dos Deputados e Presidência da República protocolaram manifestações contrárias.



RADIODIFUSÃO

MP de Temer anistia radiodifusores e ignora interesse público

Medida Provisória 747 autoriza pedidos de renovação de outorgas feitos fora do prazo e venda de licenças em caráter precário.

Bia Barbosa

Quando, antes mesmo de concluído o processo de impeachment, o governo interino decidiu acabar com o Ministério das Comunicações e fundi-lo com o de Ciência e Tecnologia, o recado estava dado. A pasta, que, com muita dificuldade ao longo dos últimos anos, ainda tinha desenvolvido algum tipo de política pública para o setor, seria resumida à administração de outorgas. E o perfil da nova secretária de radiodifusão, Vanda Bonna Nogueira, advogada por muitos anos das emissoras comerciais de rádio e TV, também explicitava que setores seriam privilegiados na nova administração.

Já em junho, dois editais para outorgas de emissoras comunitárias e educativas foram cancelados. No início de outubro, a Medida Provisória 747 explicitou as prioridades do Ministro Gilberto Kassab. Alterando a Lei 5.785/1972, que trata dos prazos de renovação das concessões e permissões do serviço de radiodifusão,

a MP 747 promove uma verdadeira anistia aos donos da mídia que perderam os prazos para solicitar a renovação de suas licenças.

O texto determina, numa canetada só, que sejam considerados todos os pedidos imtempéstivos de renovação de concessões e permissões até a data de publicação da MP. E ainda obriga o Poder Executivo a notificar as empresas que não tiverem protocolado sua demanda até agora para que, dentro de 90 dias, possam solicitar a renovação e também serem atendidas.

A Medida também facilita o comércio de outorgas. Segundo o texto, caso o concessionário peça a renovação, o Estado não se manifeste e o prazo da licença chegue ao fim, o radiodifusor estará autorizado a transferir a outorga para terceiros. Em sua exposição de motivos, para justificar a MP, o Ministro Kassab afirma que “o acúmulo de análises no Ministério” não pode “frustrar oportunidades negociais” nem “prejudicar interesses econômicos dos particulares”.

Para o Ministro, há um qua-

dro de “precariedade e insegurança jurídica dos processos de renovação de prazo e de transferência da concessão ou permissão”, que pode gerar “dificuldades na obtenção de financiamentos e contratos publicitários”. Regularizar este quadro é premente e fundamental para garantir a boa ordem dos serviços públicos e para restaurar a confiança de novos investimentos do mercado”. Sem a anistia, o governo federal teria que encaminhar uma grande quantidade de processos de extinção de outorgas ao Congresso – o que, para o Ministro, não parecia uma boa ideia.

“É um escárnio e um verdadeiro desrespeito com o interesse público”, afirma Nascimento Silva, da Federação dos Radialistas (Fitert), integrante da Executiva do FNDC. “É preciso entender que o espectro eletromagnético é um bem público. Se o radiodifusor não tem interesse ou condições de explorá-lo, deve devolvê-lo ao Estado, para que um novo processo de outorga seja aberto a novos concorrentes”, acredita.

É esta perspectiva que Nascimento Silva pretende defender no parecer que o Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão consultivo do Congresso Nacional, fará sobre a MP 747, que tem 120 dias para ser analisada pelo Parlamento.

Para Taís Ladeira, da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc-Brasil), a MP 747 é, além de tudo, discriminatória, pois concede anistia somente para as rádios comerciais, deixando as comunitárias, que operam via autorizações, de fora.



PROGRAMAS POLICIALESCOS

Campanha incentiva denúncias contra violações de direitos

Iniciativa, que conta com uma plataforma virtual para recebimento de denúncias, pretende chamar a atenção da população brasileira para o enorme desrespeito aos direitos humanos nesses programas.

Cecília Bezerra

Denunciar as violações de direitos humanos nos programas policiaiscos, sensibilizar a população em geral para este problema e cobrar do poder público a responsabilização das emissoras que praticarem tais atos. Estes são os objetivos centrais da campanha “Mídia Sem Violações Direitos”, lançada em setembro deste ano numa parceria de organizações como o Intervezes, a ANDI – Comunicação e Direitos e o Conanda (Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente).

A campanha conta com uma

plataforma para recebimento de denúncias e lançará, periodicamente, um ranking com os programas policiaiscos que mais violaram direitos. O ranking de 2015, lançado junto com a campanha, coloca o programa Cidade Alerta, da Rede Record, em primeiro lugar, com 358 violações, seguido do Brasil Urgente, da TV Bandeirantes, com 235. Os dados são resultados de uma pesquisa coordenada pela ANDI que monitorou, ao longo de 2015, 28 programas de rádio e televisão em 10 capitais brasileiras.

“Identificamos, em apenas um mês, a ocorrência de 4.500 graves violações de direitos, como

incitação ao crime e à violência, exposição indevida de pessoas, incitação à desobediência às leis, discurso de ódio, entre outras”, relata Suzana Varjão, pesquisadora da ANDI, responsável pelo estudo. Essas violações foram cometidas a partir de infrações a normas legais, supralais e autorregulatórias que, no total, foram desrespeitados 15.761 vezes.

“Isso evidencia um volume constrangedor de práticas e discursos anti-humanistas e antidemocráticos. São produções que exibem, diuturnamente, em todas as unidades federativas do Brasil, estupros, linchamentos, latrocínios, homicídios, execuções sumárias, tortura e truculência policial, acompanhados de discursos que desqualificam as instituições democráticas, combatem as leis que buscam preservar os direitos das pessoas e defendem a prática da “justiça com as próprias mãos”, ressalta a pesquisadora.

“O fenômeno vem crescendo de modo exponencial, sem controle, e o sistema de regulação do campo de comunicação de massa é praticamente inexistente”, ressalta Suzana Varjão. O estudo, porém, elenca um conjunto de leis e normas que são frequentemente desrespeitadas e que

podem e devem ser utilizadas para coibir práticas de violações de direitos humanos na televisão.

Mobilização e diálogo

A partir do lançamento em Brasília, uma série de reuniões e articulações tiveram início no país para buscar um envolvimento maior de organizações e movimentos, principalmente do campo da comunicação e dos direitos humanos, em torno desta luta.

Para Helena Martins, do Interozvezes e uma das coordenadoras da campanha, além de expor indevidamente os indivíduos, inclusive crianças e adolescentes, esses programas vêm deseducando a sociedade. “É uma exigência que o campo da comunicação

reflita sobre esse tipo de conteúdo e seus impactos. Precisamos compreender o que isso está produzindo, tanto para o universo midiático quanto para fora dele”, acredita.

“Procuramos dialogar com diferentes setores, inclusive com quem discute segurança pública e tem feito a luta pela desmilitarização das polícias e da política. Compreendemos que, nessa escalada de projetos de lei que pautam mais encarceramento e pregam o populismo penal, os argumentos têm sido legitimados, construídos e reforçados pelos programas policiais”, avalia Helena.

Além das reuniões e oficinas de articulação e mobilização, a campanha também deve ganhar fôlego nas redes sociais, visando alcançar um público mais amplo.



MÍDIA SEM VIOLAÇÕES DE DIREITOS!

DENUNCIE. BASTA DE VIOLÊNCIA.

Ranking

Denúncias por programa

358	Cidade Alerta
235	Brasil Urgente
158	Ronda Geral
123	DF Alerta
118	Metendo Bronca
100	Balanço Geral
81	SOS Cardinot
67	Cidade 190
61	O Povo na TV

Para conhecer melhor a iniciativa e acessar a plataforma para o recebimento de denúncias, visite:

www.midiasemviolacoes.com.br



DESRESPEITO AOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

De acordo com a pesquisa coordenada pela ANDI, em parceria também com a Artigo 19 e o Ministério Público Federal, as principais violações de direitos praticadas na mídia são contra crianças e adolescentes, sobretudo adolescentes em conflito com a lei. “Os adolescentes, que são chamados de menores, são apontados como os grandes culpados pelos crimes e pela situação de violência que atinge todo o Brasil”, observa Helena Martins.

Para o presidente Conanda, Fábio Paes, a partir do destaque dado a situações pontuais de violência geradas ou cogeradas por adolescentes, o discurso destes programas generaliza conclusões que conduzem para a redução da idade penal como estratégia necessária para resolver a violência em nossa sociedade. “Sabemos

da tendência intencional de criminalização de adolescentes negros e de comunidades periféricas. Todo um imaginário é construído e disseminado como verdade para uma sociedade espectadora”, afirma Paes.

O presidente do Conanda ressalta ainda que os programas policiais reforçam preconceitos e criam “uma onda de informações e juízos preconceituosos e violadores de direitos” e geram para o sistema uma visão distorcida, que criminaliza cada vez mais pessoas por seus estereótipos e características culturais. “Por isso esta campanha é tão importante. Ela desperta para a consciência deste tema, atua como instrumento de denúncia e serve como espaço de controle e efetivação dos direitos humanos”, afirma Paes.

VIOLAÇÕES AO CORPO NEGRO

A pesquisa também revelou que os sujeitos criminalizados e expostos pelos policiais têm cor: mais de 60% das pessoas e famílias expostas nos programas monitorados são negras. Para a pesquisadora e integrante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal (Cojira), Kelly Quirino, ao veicular o corpo negro de forma desumana e como aquele que pode ser violado, a mídia contribui para a reprodução do racismo e para que a sociedade naturalize a morte dos jovens negros.

“Jornalistas chamam jovens de bandidos e isinam que não merecem respeito. Um corpo que comete crime e que pode ser violado passa a entrar no imaginário dos policiais e do Judiciário como infrator e isto é naturalizado dentro da Polícia”, explica a pesquisadora, que nomeia esta ‘seletividade social’ de racismo. “Cria-se e reproduz-se a ideia de que o corpo negro pode ser morto, sem que a sociedade questione. Isto influencia a opinião pública para não discutir de forma crítica o genocídio da juventude negra”, finaliza Kelly.



INTERNET

Vigilância e censura na rede dominam a pauta do Congresso

Ameaças às conquistas obtidas com a aprovação do Marco Civil da Internet e o avanço de propostas conservadoras dão a tônica nos debates do Parlamento.

Marina Pita

A aprovação do Marco Civil da Internet (Lei 12.965), em 2014, foi uma grande conquista em termos da garantia de direitos dos usuários na rede, construída por meio de um amplo diálogo e negociação com diferentes setores. O criador da Web, Tim Berners-Lee, sempre citou a lei brasileira como a melhor referência de regulação a ser seguida por outros

países. Parece absurdo, portanto, que, em apenas dois anos, sejam tantas as iniciativas para desmontá-la.

Um dos principais golpes à lei, conhecida como “a Constituição da Internet”, veio da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Crimes Cibernéticos. O relatório da CPI, aprovado em março deste ano, trouxe uma série de propostas de projetos de lei que passaram a tramitar com prioridade na Câmara dos Deputa-

dos. Um deles prevê a possibilidade de bloqueio a páginas e aplicações de internet que sejam “precipuamente dedicadas à prática de crimes puníveis com pena mínima igual ou superior a dois anos de reclusão, excetuando-se os crimes contra a honra”.

Em outras palavras, um juiz poderá bloquear o acesso, por exemplo, a toda uma rede social por considerar que ela é usada majoritariamente para se praticar crimes – entre eles, o de violação de direitos autorais. A proposta, feita a pedido dos estúdios de Hollywood e produtores de conteúdo nacional, é uma medida para combater a chamada “pirataria” que ignora práticas cotidianas na rede e, na prática, criminaliza plataformas pelo mal uso de seus serviços. Nos poucos países democráticos onde o bloqueio a sites é autorizado, este recurso é usado em último e extremos casos.

Como ressaltou o Comitê Gestor da Internet em documento enviado à CPI, a proposta “abre margem para que plataformas utilizadas como espaços para a produção e difusão de informações e conhecimento

sejam integralmente inviabilizadas em virtude do conteúdo ilícito veiculado por alguns de seus usuários”. Para o CGI.br, “o bloqueio integral a um sítio ou aplicação de Internet é medida extrema que pode levar à fragmentação da rede. Trata-se de uma medida desproporcional capaz de comprometer a estabilidade, a segurança e a funcionalidade de toda a Internet”.

“O bloqueio ou suspensão de sites e aplicações inteiras como punição para casos isolados ignora a finalidade social da rede, princípio basilar do Marco Civil da Internet, e pune todos os usuários, as relações pessoais e de trabalho”, afirma Júlia B. da Fonseca, ativista e mobilizadora da Coalizão Direitos na Rede, que surgiu para enfrentar o conjunto de ataques e retrocessos que ameaçam a internet atualmente.

PL Espião e Cadastro Nacional de usuários

Para além do relatório da CPI dos Crimes Cibernéticos, diversas propostas em tramitação no

Congressos reforçam a lógica de monitoramento e vigilância em massa dos internautas. É o caso do PL 215/2015, que autorizava o acesso de dados dos usuários pela Polícia, Ministério Público e outros agentes sem a necessidade de ordem judicial. Apelidado de PL Espião, o texto foi modificado após muita pressão de organizações da sociedade civil, contrárias aos anseios de setores da sociedade que querem vigiar cada passo dos internautas, tratando todos como criminosos em pontencial.

“O PL mistura interesses comerciais com a vigilância pública e aí consegue ter aplicação prática. E isso acontece sem que a pessoa se dê conta, de forma que não gera resistência”, analisa Paulo Rená, advogado, chefe de pesquisa do Instituto Beta para a Internet e a Democracia (IBIDEM).

O texto também permitia a remoção de qualquer conteúdo prejudicial à honra e que associe o nome ou imagem de uma pessoa a qualquer crime pelo qual tenha sido absolvida (mesmo em caso de falta de provas). O chamado “direito ao esquecimento” em

moldes tão amplos, em um país com um legado antidemocrático e de privilégios aos poderosos, pode significar mais uma estratégia para silenciamento daqueles que denunciam os mal feitos nos setores público e privado.

Na mesma lógica do vigilantismo, uma proposta que sempre reaparece nos debates é de criação de um cadastro de todas as pessoas que usam a rede. Neste momento, tramita no Congresso o PL 2.390/2015, do deputado federal Pastor Franklin (PP/MG), que prevê um Cadastro Nacional de Acesso à Internet e somente autoriza a navegação na rede após o registro do usuário – isso cada vez que alguém quiser se conectar.

A medida impacta significativamente o comportamento na internet. Mesmo que não se navegue para qualquer ilegalidade, a sensação de vigilância pode cercear qualquer comportamento que o usuário não deseja que seja de conhecimento público, como pesquisas acerca de doenças, para tratamentos para dependência química ou até mesmo para a organização e articulação de movimentos sociais.

COALIZÃO DIREITOS NA REDE

Ao contrário do que pregam os defensores das práticas de vigilantismo e censura, a proteção dos chamados “cidadãos de bem” não se dá pela limitação de seus direitos fundamentais. Muito pelo contrário. Apenas a privacidade e a liberdade de expressão podem garantir uma sociedade democrática, justa e plural. Para Paulo Rená, “as ameaças às garantias das liberdades individuais na internet são as que também vemos hoje na vida social como um todo. É uma parcela de um problema maior no Brasil”.

Tal contexto também tem impactado na ampliação do acesso à rede no país, com projetos que visam limitar a franquia de dados na inter-

net fixa e que modificam a Lei Geral de Telecomunicações – privatizando o pouco que restou do caráter público da infraestrutura das redes.

Enquanto tais projetos avançam com velocidade, outros encontram inúmeros obstáculos para tramitar. É o caso dos PLs que garantem a proteção de dados pessoais não apenas no ambiente virtual, mas também dados bancários, de cartões de crédito e planos de saúde, por exemplo. O Brasil segue sendo uma das poucas grandes nações que não dispõe de uma lei de proteção de dados pessoais.

No intuito de unir forças para combater este conjunto de ameaças, a Coalizão Direitos na Rede – da qual o



Conheça a Coalizão Direitos na Rede
www.direitosnarede.org.br

FNDC participa – lançou, em junho passado, a campanha #InternetSobAtaque, que pretende chamar a atenção da população para gerar mobilização e frear tais retrocessos.

A LUTA NOS ESTADOS

MINAS GERAIS

Expectativa pela instalação do conselho estadual de comunicação

Muitas expectativas em Minas no campo da comunicação. A meta principal: conseguir a implementação do conselho estadual de comunicação social antes do fim de ano, como aprovado pelo governo ao reativar a lei engavetada desde 1994. Além disso, a recém criação da Empresa Mineira de Comunicação abre espaço para novas discussões sobre fomento à radiodifusão pública, com participação da sociedade e do território na programação, através do conselho curador. O comitê mineiro do FNDC tem cumprido papel importante na inclusão dessas pautas na agenda.



SANTA CATARINA

Seminário discute os rumos da emissora comunitária TV Floripa

Este ano, o CDC-SC acumulou grandes conquistas para o debate da democracia nas comunicações: aumentou o número de entidades filiadas e definiu a missão de constituir-se como espaço de construção coletiva de produção de estratégias, ações, conteúdos e articulações com o movimento sindical e social para a democratização da comunicação no estado. Em setembro, realizou o Seminário TV Floripa em Foco, que debateu os rumos da única TV Comunitária do estado composta por entidades do movimento sindical e social. O evento contou com a participação do jornalista e blogueiro Luiz Carlos Azenha e do diretor da Rede Brasil Atual, Paulo Salvador.



PARAÍBA

Debate sobre Políticas Públicas para uma Comunicação Democrática

O objetivo do comitê paraibano do FNDC foi receber adesão dos candidatos Plataforma. O evento ocorreu no auditório da Associação Paraibana de Imprensa (API). Entre as principais propostas apresentadas está a criação do Conselho Municipal de Comunicação de caráter deliberativo e paritário, com poder para definir políticas públicas para a comunicação, inclusive sobre a distribuição de recursos de publicidade municipal. Dois candidatos à prefeitura assumiram a plataforma: Charlinton Machado, pelo Partido dos Trabalhadores e Vitor Hugo, pelo Psol, além dos candidatos a vereador também dos dois partidos.



RIO GRANDE DO SUL

Audiência pública discute radiodifusão comunitária

Proposto pelo Comitê Gaúcho do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), aconteceu em 6 de outubro, no auditório da Procuradoria Regional da República da 4ª Região (PRR4), em Porto Alegre, audiência para discutir os problemas envolvendo o exercício da radiodifusão comunitária. O evento coordenado pelo Grupo de Trabalho Comunicação Social da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), reuniu representantes de organizações da sociedade civil, do poder público e de entidades do setor. Entre os encaminhamentos, o MPF vai analisar a possibilidade de realizar nova reunião na Anatel, para buscar soluções relativas aos choques de frequência.

ESPÍRITO SANTO

Debate sobre democratização da comunicação

A coordenação do Comitê Estadual do FNDC no Espírito Santo assumiu seus trabalhos em fevereiro deste ano, com a proposta principal de incluir o tema da democratização da comunicação em vários eventos, como aconteceu no 4º Encontro de Comunicação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do ES (Fetaes), realizado recentemente, e também no último congresso estadual da CUT, onde uma oficina específica tratou do tema. A meta é ampliar o número de entidades filiadas e estimular espaços onde seja possível levar o debate urgente e necessário da democratização da comunicação no Brasil.

A LUTA CONTINUA

**POR NENHUM
DIREITO A MENOS**

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

BRASIL

LIBERDADE E LUTA



Calar jamais!

CAMPANHA CONTRA VIOLAÇÕES
À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

www.paraexpressaraliberdade.org.br

